



Mercado livre de energia para a indústria

Abril de 2024

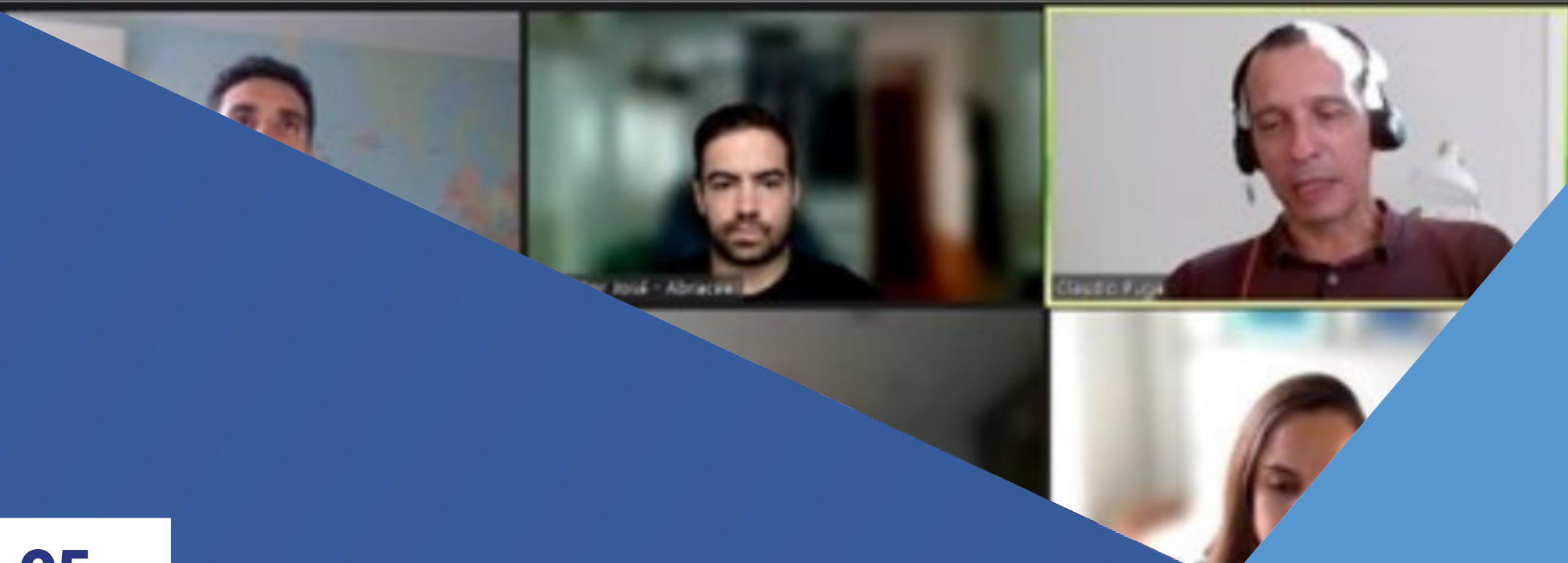


Rodrigo Ferreira - Abraceel (Convidado)



Benchmarking Open Energy

Alinhamentos iniciais



29.04 a 03.05

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Cpamp detalha recomendações para alterações nos modelos para 2025

6

Abraceel apresenta benefícios do mercado livre para a indústria

8

Monitoramento: Período Sombra

9

Abraceel na Mídia

10

Curtas

19

E o Congresso?

21

Próxima Semana

Cpamp detalha recomendações para alterações nos modelos para 2025

Matéria em 1 minuto:

- Cpamp recomenda a implementação do Newave Híbrido com usinas hidrelétricas representadas de forma individualizada nos primeiros 12 meses para 2025;
- Baseados nas análises prospectivas e backtests, a Cpamp recomendou alteração nos pares do CVaR para 15,40 a partir de janeiro de 2025;
- Grupo Técnico da Abraceel irá se reunir no dia 14.05, às 14h30, para debater o tema.

A Cpamp concluiu as avaliações prévias da implementação do Newave Híbrido, com backtests e estudos prospectivos, o que permitiu a instauração da Consulta Pública 162/2024 do MME para debater o tema. A referida CP possui prazo para envio de contribuição até o dia 17.06.



Newave Híbrido

Iniciando evento realizado em 02.05, a Comissão reforçou que a representação agregada das usinas hidrelétricas leva a uma operação mais otimista frente à realidade operativa do SIN, uma vez que há perda de precisão em tais aproximações.

Essa modelagem permite a representação das restrições de turbinamento mínimo e máximo, das funções de produção individualmente e da divisão dos recursos de vazão afluente de forma mais precisa. Além disso, a consideração das limitações de geração e armazenamento individuais e a consideração de vertimentos localizados também contribuem na melhoria da FCF para o modelo DECOMP.

Com isso, após todos os testes e análises realizadas, a Comissão recomendou a implementação do Newave Híbrido com usinas hidrelétricas representadas de forma individualizada nos primeiros 12 meses para os processos de planejamento da operação e cálculo do PLD.



Complementarmente, é proposta a redução do valor das penalidades de restrições físicas das hidrelétricas, conforme a tabela a seguir.

Restrição	Valor atual da penalidade	Valor proposto da penalidade
Desvio d'água	Custo Déficit + Δ_1	Custo Déficit + Δ_1
VminOp	Térmica mais cara + Δ_2	Térmica mais cara + Δ_2
Vazão mínima	Custo Déficit	Térmica mais cara + Δ_2
Geração Hídrica mínima	Custo Déficit	Térmica mais cara + Δ_2
Turbinamento mínimo	Custo Déficit	Térmica mais cara + Δ_2
Turbinamento máximo	Custo Déficit	Térmica mais cara + Δ_2

Também é proposta alteração da micropenalidade de vertimento e compatibilização das outras micropenalidades a ela associadas, conforme ilustra a tabela a seguir.

MICRO-PENALIDADES (\$/MWh)	valores default	%Pvert	novos valores
INTERCAMBIO	0.0050	0.9091	0.000273
VERTIMENTO FIO DAGUA	0.0055	1.0000	0.000300
VERTIMENTO CONTROLAVEL	0.0060	1.0909	0.000327
VERTIMENTO EM PERIODOS INDIV.	0.0055	1.0000	0.000300
TURBINAMENTO EM PERIODOS INDIV.	0.0061	1.1091	0.000333
CORTE DE GERACAO EOLICA	0.0063	1.1455	0.000344
EXCESSO DE ENERGIA	0.0065	1.1818	0.000355

Ademais, é proposta pela comissão a manutenção do critério de parada atual de seis iterações consecutivas com delta de Zinf abaixo de 0,1% limitado ao mínimo de 30 e máximo de 50 iterações. Por fim, também é proposta a atualização do VMinOp do submercado Norte de 22,5% para 19,1%.

Parâmetros do CVaR

Para análise de eventual necessidade de recalibração dos parâmetros do CVaR foram realizados estudos prospectivos e backtests. Sua principal conclusão foi que, quanto maior a aversão ao risco, maior a geração térmica e maior energia armazenada final, como esperado, sem aumentar o vertimento turbinável.

O backtest considerando o período de execução de janeiro de 2020 a dezembro de 2023 e o CVaR (15,40) alcançou maiores níveis de armazenamento ao final de 2022 e 2023: mais 2,5 p.p. e mais 2,1 p.p., respectivamente, com relação ao modelo vigente, utilizando-se do mesmo nível de geração termelétrica e custo associado.

Um dos cenários do estudo prospectivo considerou 60% da MLT iniciando com EArm semelhante a janeiro de 2021, uma hidrologia extremamente baixa e reservatórios baixos. Segundo a Comissão, o híbrido com CVaR (15,40) alcança valores próximos de armazenamento com relação ao modelo vigente, com uma economia de aproximadamente R\$ 4 bilhões no ano, demonstrando maior eficiência financeira em cenários críticos com a mesma segurança energética. Os casos híbridos apresentaram maior volatilidade.



Em outros, o estudo prospectivo considerou 60% da MLT iniciando com EArm semelhante a janeiro de 2024, hidrologia extremamente baixa e reservatórios preservados, e 80% da MLT iniciando com EArm semelhante a janeiro de 2021, com hidrologia baixa e reservatórios baixos. Foi reforçado pela Cpamp que o modelo híbrido consegue uma resposta adequada ao acionar a geração térmica maior de forma antecipada, com intuito de promover maior armazenamento para início do período seco.

Adicionalmente, o estudo prospectivo também considerou 80% da MLT iniciando com EArm semelhante a janeiro de 2024, com hidrologia baixa e reservatórios preservados. Foi ponderado pela Comissão que o modelo híbrido “recolhe” a geração térmica (despacho apenas de inflexibilidade), não acarretando o aumento do vertimento turbinável.

Diante dos resultados dos referidos testes, a CPAMP recomendou a utilização do modelo Newave Híbrido com o par de CVaR (15, 40), para fins de planejamento da operação e formação de preço a partir do PMO de janeiro de 2025.

A comissão reforça que essa escolha é a mais apropriada, uma vez que apresenta benefícios econômicos (maior eficiência e menor custo de geração térmica) e aderência aos critérios de segurança energética do CMSE. Dessa forma, o objetivo é aproximar a aversão ao risco do modelo vigente, que deve permanecer em uso pela EPE durante a fase de transição.

No dia 14.05, às 14h30, será realizada reunião do Grupo Técnico da Abraceel para debater o tema.

Veja aqui a [apresentação](#) 35º workshop da CPAMP e [Relatório Técnico](#) da última Consulta Pública.

Ata da Cpamp: EPE pede critério de compatibilidade

A Cpamp disponibilizou ata de reunião realizada no dia 08.04 para tratar das atividades do ciclo de trabalhos 2023/2024 e aprovação do relatório da equipe técnica para abertura de consulta pública, temas tratados no workshop realizado no dia 02.05. Foi apresentado o progresso do cronograma deste ciclo, que está ocorrendo conforme esperado. A equipe técnica da Cpamp detalhou o relatório que propõe a implementação do modelo Newave Híbrido, destacando os benefícios operativos da implementação, bem como indicações sobre o tema em processos do TCU e CGU. Também foram discutidos os resultados dos testes de backtest e análises prospectivas. Durante a fase de transição, a EPE continuará usando o modelo vigente e solicitou que fossem definidos critérios de avaliação de compatibilidade entre os modelos e processos.

Abraceel apresenta benefícios do mercado livre para a indústria

Matéria em 1 minuto:

- Associação apresentou os benefícios do mercado livre durante reunião promovida pela CNI, com presença das maiores federações de indústria do país;
- Essa foi a primeira ação de uma parceria em desenvolvimento com o objetivo de difundir os benefícios do mercado livre, bem como atuar em conjunto pela abertura do Grupo B;
- Encontro teve recorde de participação.

A Abraceel apresentou os benefícios da abertura do mercado de energia para as maiores federações de indústrias durante reunião promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no dia 26.04. Essa foi a primeira etapa de uma parceria que a Abraceel vem construindo com o segmento industrial para difundir os benefícios do mercado livre de energia, buscando aliados para atuar na defesa da abertura total de mercado elétrico.



Conhecido como Rede RelGov, o encontro é liderado pela Diretoria de Relações Institucionais da CNI, com o objetivo de debater questões que impactam o segmento industrial.

Na abertura da reunião, o ex-senador e atual Diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz, agradeceu a presença da Abraceel, explicando que o convite para a exposição ocorreu após reunião com a Associação, quando foram apresentados os benefícios do mercado livre para os consumidores industriais aptos a migrar, bem como o potencial de benefícios para os consumidores industriais que estão no Grupo B.

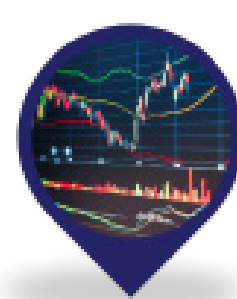
A própria CNI introduziu o tema apresentando o impacto dos subsídios nas tarifas de energia elétrica, bem como a evolução da tarifa do consumidor



industrial, sem os impostos. A Confederação destacou a relevância do mercado livre para o segmento, abrindo o espaço para a exposição da Abraceel.

Na apresentação, conduzida por Rodrigo Ferreira, Presidente-Executivo da Associação, a Abraceel explicou as razões para o mercado livre apresentar preços mais competitivos e mostrou números que evidenciam a curva de seu crescimento e o potencial de ganhos para as indústrias ainda participantes do mercado regulado.

Atendendo a convite da Abraceel, a Volt Robotics apresentou uma análise do benefício econômico que o mercado livre traria para as indústrias potencialmente livres e para aquelas que ainda estão no mercado regulado, além de dimensionar a geração de empregos que a abertura mais ampla do mercado elétrico traria. O estudo, em fase de refinamento, será lançado oficialmente no dia 15.05 em evento organizado pela Abraceel.



PERÍODO SOMBRA

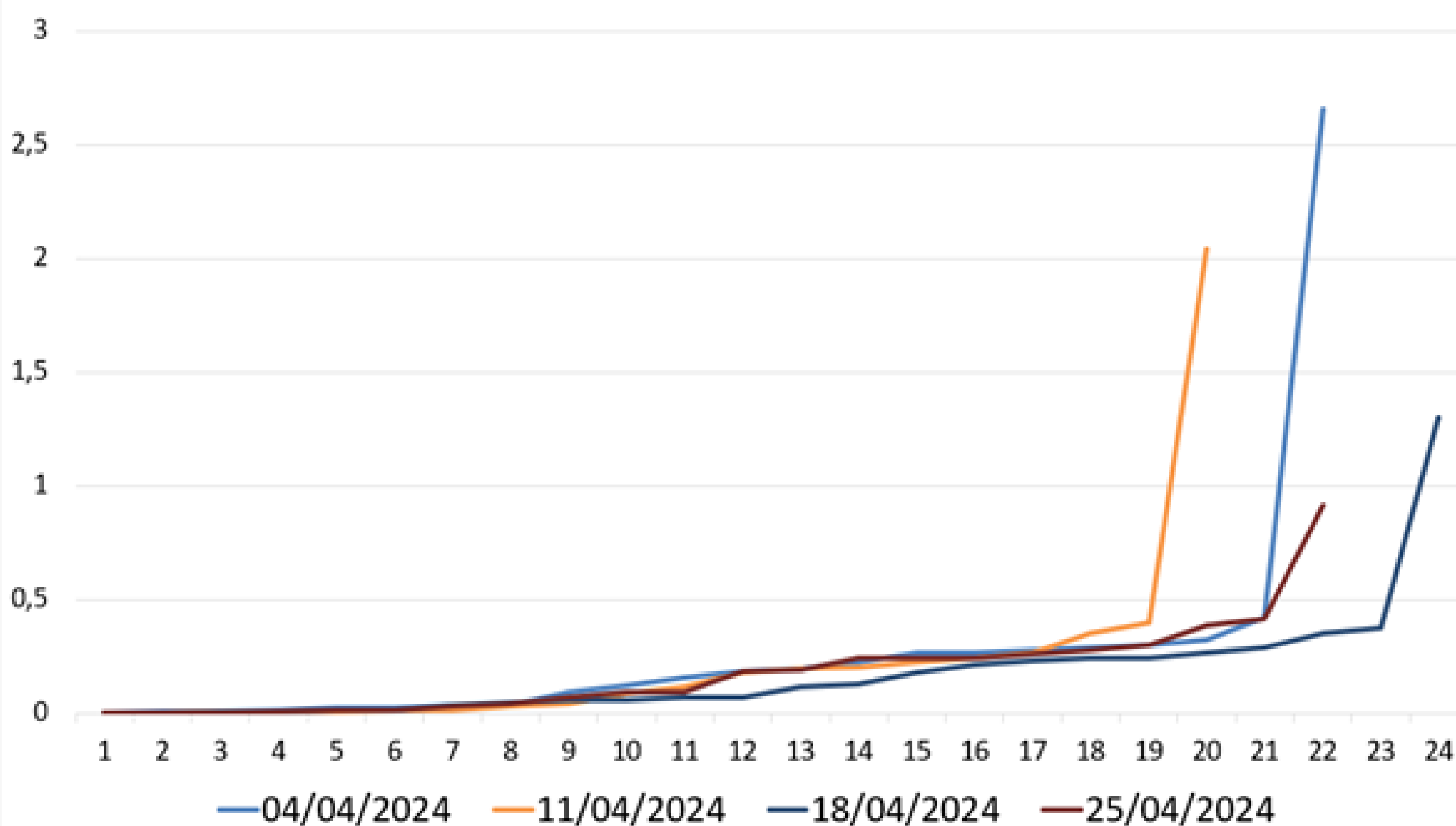
MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	25.04
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	92%
Autoprodutor	100%
Gerador	92%
Produtor Independente	100%
Consumidor Livre	-
Consumidor Especial	-

25.04	Associadas Abraceel	Comercializadores	Geradores	Autoprodutores	Produtores Independentes
PL negativo	3%	4%	5%	6%	3%
FA zero	74%	71%	68%	53%	66%
FA maior que zero	21%	13%	16%	36%	27%
Média FA (maior que zero)	0,1832	0,4795	0,0562	0,0532	1,1787
Média FA	0,04	0,08	0,01	0,02	0,34
Desvio Padrão	0,12	0,78	0,04	0,12	6,38

Distribuição FA maior que zero - Associados Abraceel





ABRACEEL NA MÍDIA

ACL terá participação de 44% da carga total até 2030, avalia Thymos

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)

N5X, nova bolsa de compra de energia, já atraiu mais de 130 empresas

Fonte: O Globo

[Acesse aqui](#)

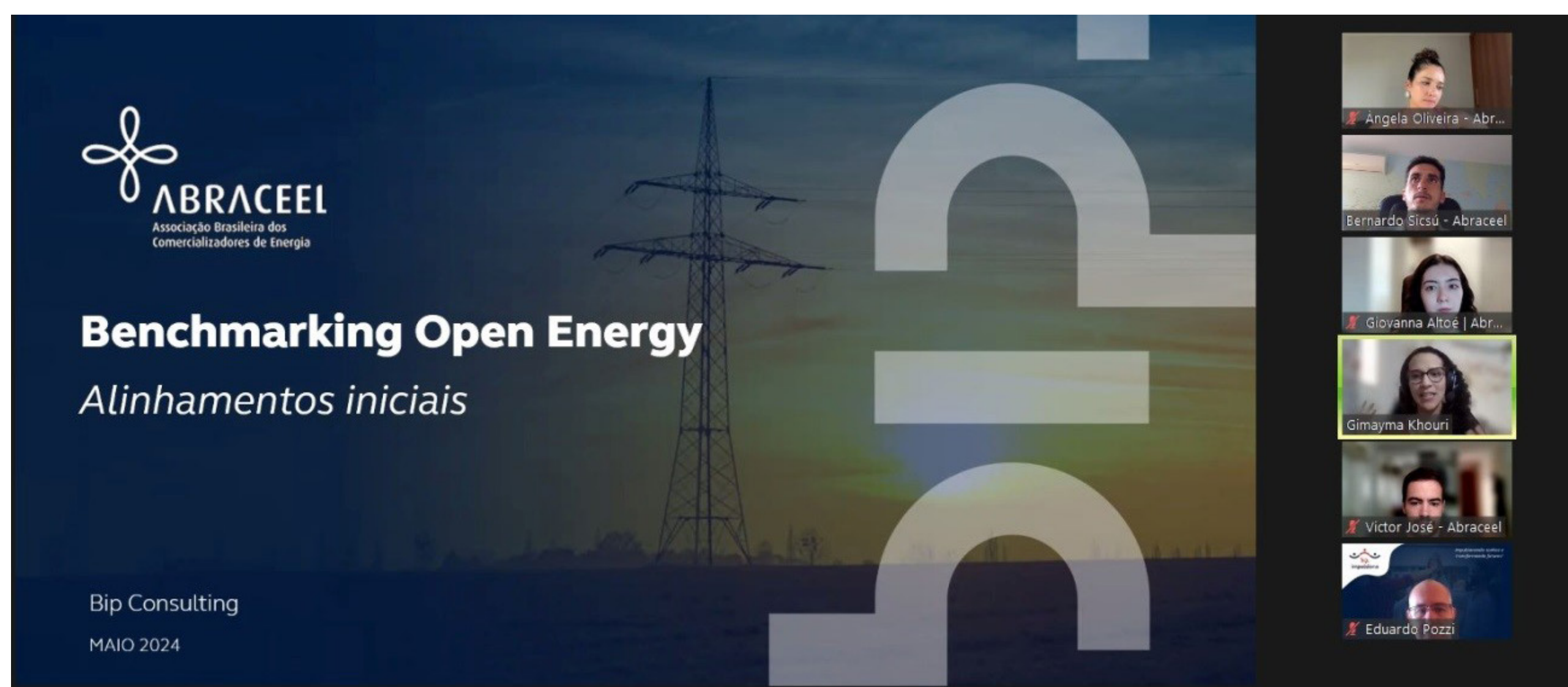


ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS



CURTAS

Open energy: Abraceel contrata BIP Group para realizar estudo



No dia 02.05, a Abraceel realizou reunião com representantes da BIP Group, consultoria europeia encarregada de conduzir um estudo sobre o open energy para a Associação. Durante o encontro, a consultoria delineou a estrutura do estudo a ser elaborado, que consiste em cinco blocos temáticos: (i) público-alvo: abordará os consumidores elegíveis para participar do open energy, bem como o público destinatário das informações relacionadas; (ii) tipos de dados e usos por tipo: serão definidos os diferentes tipos de dados e seus respectivos usos no contexto do open energy, juntamente com layouts associados e principais usos de cada tipo de dado por país; (iii) tecnologia: discutirá questões relacionadas ao modelo centralizado ou descentralizado, modelos de APIs e padrões de segurança que devem ser seguidos; (iv) governança da implementação: abordará órgãos responsáveis pela liderança da iniciativa, assim como modelo para definição de regras pertinentes; (v) privacidade e incidentes: tratará do consentimento do consumidor para compartilhar dados, bem como a existência de um sistema de governança para gestão de conflitos. O cronograma do trabalho prevê conclusão do estudo dentro do prazo de contribuição da segunda fase da CP 28/2023 da Aneel e inclui reuniões de alinhamento e apresentações para a equipe da Abraceel, além de divulgação às associadas.

CCEE aprova criação de diretorias

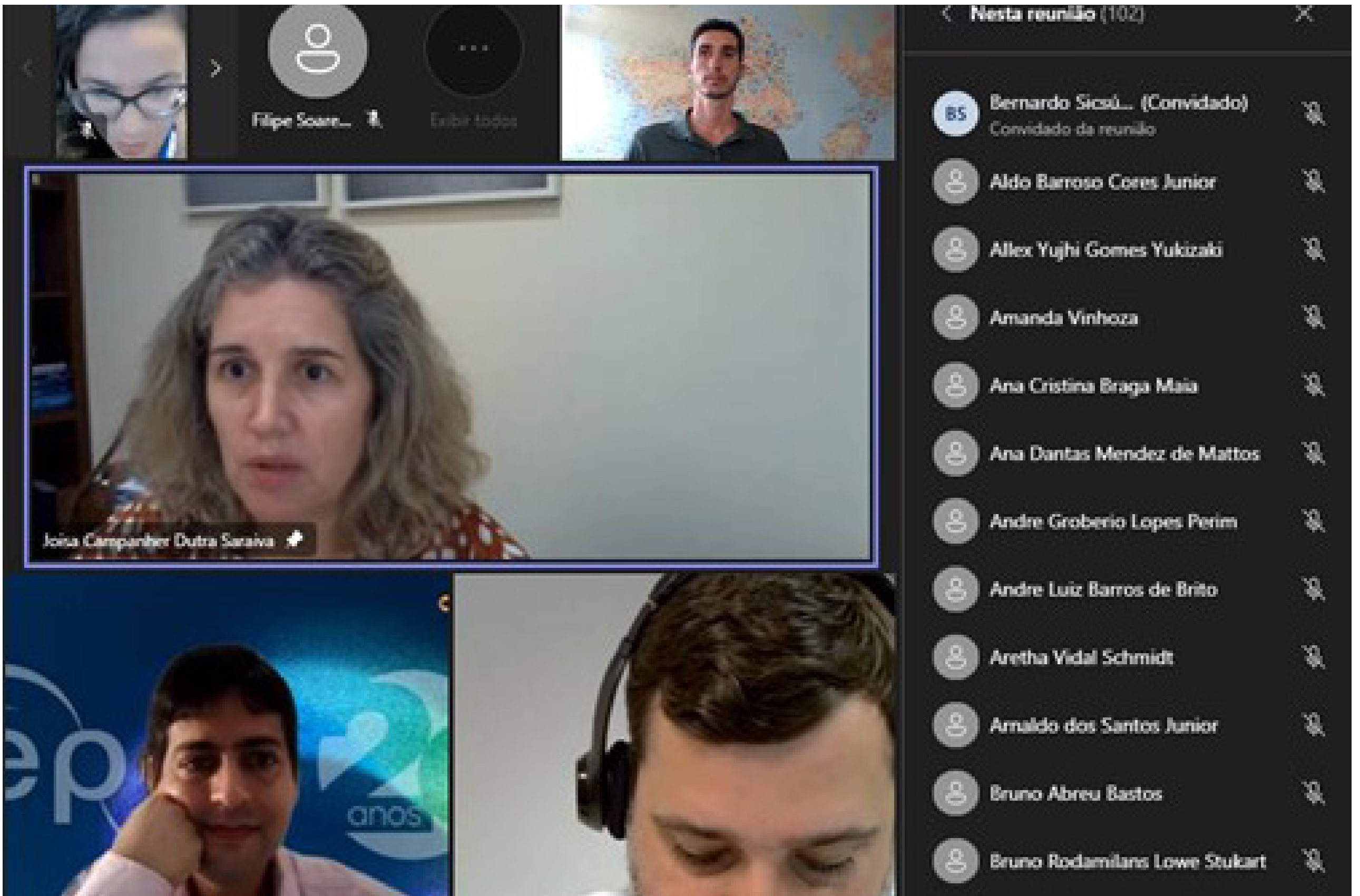
Ainda com base no estatuto vigente, os conselheiros da CCEE aprovaram a nova estrutura de governança da Câmara, proposta pela Falconi Consultoria, com a criação de cinco diretorias: (i) Estratégica, (ii) Operação, (iii) Gestão de Mercado, (iv) Inovação e Novos Negócios e (v) Tecnologia de Mercado.

Abraceel participa de painel de debates da EPE

Na última terça-feira, 30.04, foi realizada a Oficina Interna do PNE 2055, evento organizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que contou com a participação de Bernardo Sicsú, Vice-Presidente de Comunicação e Estratégia da Abraceel, entre outros especialistas. Mais de 130 pessoas, entre gestores do Ministério de Minas e Energia (MME) e da EPE, presenciaram o



debate. Entre diversas outras questões, a Abraceel foi convidada a explicar o comportamento do consumidor no contexto de transição energética, descentralização e digitalização, abordando pontos como o empoderamento do consumidor de energia, principais entraves, desafios da modernização do modelo setorial e aspectos a serem compreendidos por políticas públicas. A Abraceel defendeu a abertura completa do mercado de energia elétrica para dar protagonismo ao consumidor e permitir uma lógica mais racional às decisões do mercado.



Varejista: Abraceel e CCEE debatem temas relacionados à nova fase da CP 28/2023



No dia 29.04, a Abraceel se reuniu com Cesar Pereira, Gerente Executivo de Regulação e Capacitação da CCEE, e Gustavo Scignoli, especialista regulatório da CCEE, para discutir os aprimoramentos da comercialização varejista, tema tratado na segunda fase da Consulta Pública 28/2023 da Aneel. A CCEE enfatizou que o principal avanço que pode ocorrer nesta nova fase da CP é a simplificação do processo de migração ao ACL, com todos os processos realizados por API para que os agentes possam se conectar mais facilmente. Sobre open energy, a Câmara informou que há necessidade de alinhar questões entre regulador e mercado, principalmente as que vão normatizar quais dados passam a ser relevantes para compartilhamento, incluindo também as informações de consumidores regulados.



A CCEE possui apenas dados de consumo e CNPJ dos consumidores livres, ou seja, ainda falta abrangência. A Abraceel informou que contratou consultoria especializada para realizar estudos sobre open energy, buscando inclusive experiências internacionais. A Abraceel enfatizou a necessidade de o tema avançar nesta segunda fase da CP a fim de haver uma forma de o próprio consumidor validar o consentimento de compartilhar seus dados com quem desejar. Sobre o assunto, a CCEE informou que o sistema atual foi pensado para que o consumidor não o acesse. No caso do comercializador varejista, o sistema não consegue dar acesso a um dado de um consumidor apenas, e sim todos os dados de consumidores modelados sob o varejista. Quanto aos prazos necessários para a implementação do novo sistema, a CCEE acredita que, no início de 2025, todas as APIs já devem estar prontas para o funcionamento. A Abraceel pediu para que a Câmara estipulasse prazo adequado para que o mercado se prepare para utilizar a nova plataforma, com período de testes e interações com a CCEE para sanar dúvidas. Sobre a sugestão da Aneel de colocar a CCEE como um “cartório” para validar as assinaturas de todos os contratos de comercialização varejista (CCV), tanto a Câmara quanto a Abraceel indicaram que consideram esse caminho inviável, pois seria uma solução complexa e criaria gargalos no processo de migração. Em conversas com a CCEE, a Aneel demonstrou receio de haver contratos sem anuência do consumidor. Por fim, a Abraceel reforçou para que a redação da regulamentação seja mais clara em não condicionar o processo de migração à adequação da medição e pediu o apoio da CCEE no tema. Além disso, a Associação defendeu que a etapa do cadastro já seja considerada como o momento de denúncia do contrato com a distribuidora para dar início à migração ao mercado livre, permitindo que o processo possa ser rastreado e os problemas de comunicação – a exemplo daqueles existentes com o envio de e-mail à distribuidora – sejam menores. Outro pleito defendido é que haja um rol de justificativas que a distribuidora pode utilizar para negar a solicitação de migração. A CCEE demonstrou bastante alinhamento com as pautas defendidas pela Abraceel e as duas instituições se comprometeram a continuar discutindo essa agenda ainda antes do fechamento da segunda fase da CP 28/2023.

MME inicia regulamentação da MP 1.212

No dia 29.04, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria 75/2024, que estabelece regras para a destinação dos recursos previstos no § 2º do Art. 5º-B da Lei 9.991/2000, conforme alterações feitas pela Medida Provisória 1212. De acordo com a Portaria, esses recursos, quando não forem destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), deverão ser utilizados em benefício da modicidade tarifária nos processos tarifários das concessionárias de distribuição, os quais são conduzidos pela Aneel. Anteriormente, os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética tinham a possibilidade de serem direcionados para a CDE, seguindo as regulamentações da Aneel, com objetivo de contribuir para a modicidade tarifária. No entanto, com a modificação introduzida pela MP 1.212, esses recursos só podem ser redirecionados para beneficiar as tarifas de energia elétrica.

Abraceel e Landis+Gyr debatem potencial e benefícios da medição digital



No dia 29.04, a Abraceel se reuniu com Claudio Puga, Ricardo Silva e Marcio Sciamana, representantes da empresa suíça Landis+Gyr, especializada em equipamentos de medição de energia, para conhecer soluções na área de medição, incluindo funcionalidades como controle de carga para climatização, segurança, consumo de acordo com as tarifas e carregamento de veículo elétrico. Os representantes da Landis+Gyr indicaram interesse em contribuir com tecnologia para o avanço da abertura do mercado elétrico. Eles compartilharam perspectivas comparativas com outros países, destacando a importância da digitalização nesse processo. A Abraceel explicou que a abertura completa do mercado de energia não requer e não está condicionada à troca de medidores, mas reconheceu o potencial de desenvolvimento de negócios com a digitalização na medição.

Aneel retifica REN 1.087/2024, que alterou a Convenção de Comercialização

No dia 29.04, foram publicadas, no Diário Oficial da União, retificações a trechos da Resolução Normativa 1.087/2024 da Aneel, que definiu regras da nova governança da CCEE, por meio da alteração da Convenção de Comercialização. As mudanças foram a inclusão dos § 1º e § 2º do Art. 33, especificamente sobre valor do encargo de energia de reserva. O § 1º estabelece que o valor da componente $\Delta CAFT_m$ será baseado nos custos administrativos, financeiros e tributários previstos pela CCEE na gestão da Conta de Energia de Reserva (CONER) e dos contratos associados à energia de reserva, conforme Procedimento de Regulação Tarifária específico. Já o § 2º aborda a remuneração da CCEE pela gestão do EER e da CONER, estipulando cálculo baseado na diferença entre a receita estimada dos contratos de energia de reserva do ano subsequente e os recursos financeiros destinados ao ressarcimento dos custos administrativos, financeiros e tributários incorridos pela CCEE nesse processo, conforme homologado pela Aneel. [Confira aqui.](#)

CCEE realiza treinamentos sobre patrimônio líquido e envio de dados das contrapartes

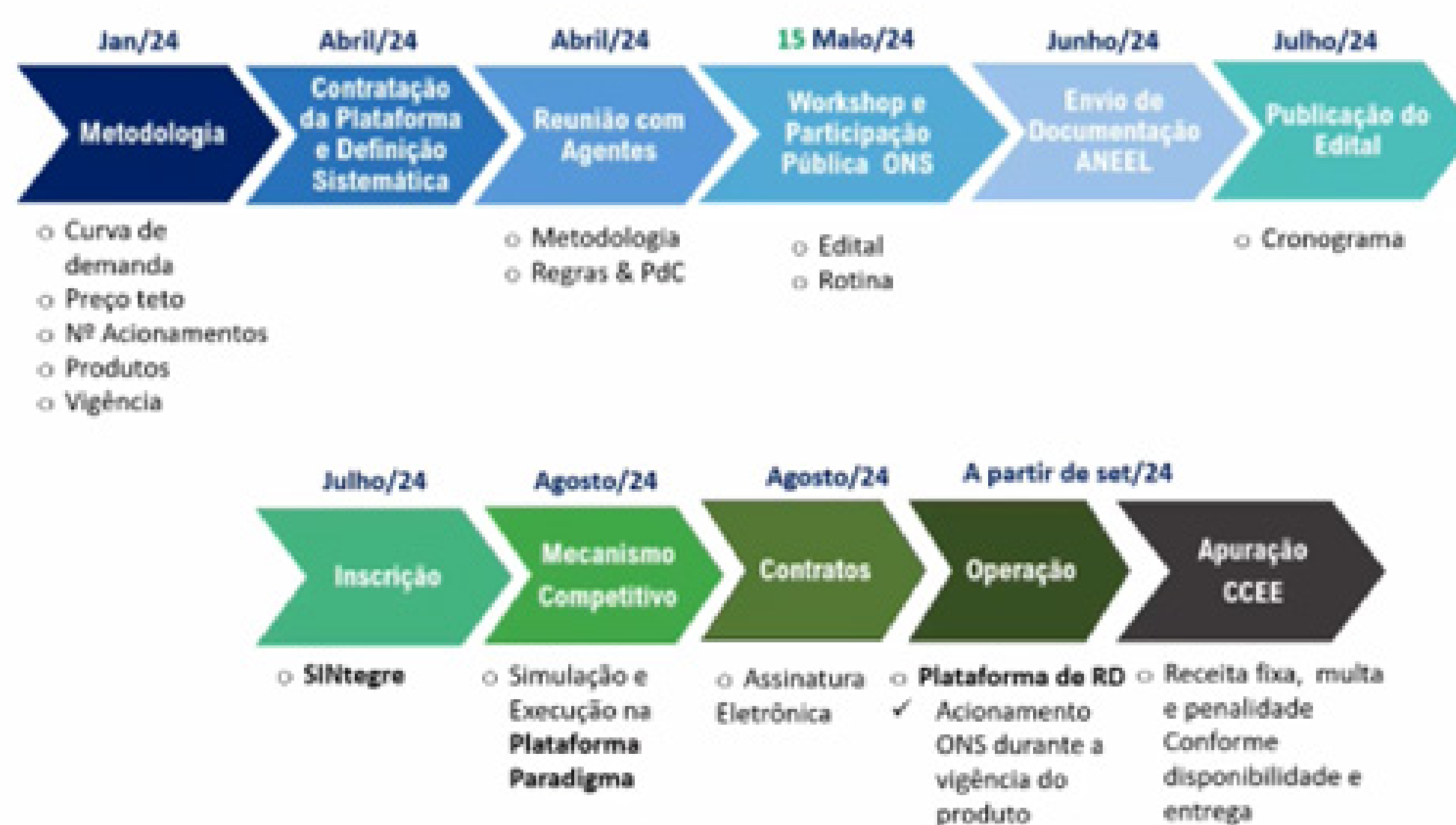
No dia 29.04, a CCEE realizou sessão de treinamento Momento Capacita para esclarecer dúvidas acerca do “período sombra” do programa de mo-



nitoramento prudencial do mercado, abordando especificamente o patrimônio líquido ajustado (PLA) e as exposições das cinco maiores contrapartes. Quanto ao PLA, foi explicado que a função é medir a capacidade financeira real de um agente, deduzindo elementos de baixa liquidez para apresentar uma visão mais clara do valor econômico efetivo. Elementos de baixa liquidez incluem itens como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), ativos intangíveis e créditos tributários que dependem de geração de lucros futuros, entre outros. A necessidade de subtrair tais elementos visa refletir, de forma mais precisa, a estimativa do valor financeiro que pode ser efetivamente realizado. Quanto à exposição das cinco maiores contrapartes, o propósito da medida é identificar e quantificar o risco associado a cada uma delas para cada agente, de forma a prevenir o efeito cascata de inadimplências no sistema. A análise desse risco inclui a avaliação da exposição total marcada a mercado de cada contraparte e considera mitigadores de risco, como garantias ou seguros contra inadimplência. A marcação a mercado é utilizada para quantificar o risco financeiro de cada contraparte, com a prática de relatar individualmente as exposições das cinco maiores contrapartes. A metodologia envolve calcular a diferença entre o preço contratual vigente e o preço de mercado disponibilizado pela CCEE, multiplicado pelo volume contratado. No dia seguinte, 30.04, a CCEE realizou outra sessão do Momento Capacita, quando apresentou a nova planilha auxiliar de cálculo, cujo objetivo é auxiliar os agentes no levantamento das informações das cinco maiores contrapartes, na declaração do portfólio e no cálculo do PLA. As apresentações realizadas nas reuniões, assim como as gravações dessas, podem ser vistas no [portal de aprendizagem](#) da CCEE.

ONS e CCEE promovem workshop sobre programa da resposta da demanda

Principais Etapas e Cronograma Previsto



No dia 29.04, a CCEE e o ONS promoveram workshop para apresentar aos agentes o Sandbox Regulatório da Resposta da Demanda - Produto Disponibilidade. O objetivo do programa é avaliar a participação dos consumidores do mercado livre de energia e agregadores na redução de demanda, especialmente durante períodos de pico, por meio de um produto de disponibilidade regulado. Na reunião, foi apresentada a metodologia para

definição dos parâmetros do procedimento competitivo a ser testado no sandbox regulatório, assim como o cronograma para sua implementação. Sobre a duração do sandbox em si, o ONS enviou carta à Aneel, pela qual solicita a prorrogação do prazo de vigência até o dia 31.12.26, a fim de permitir a realização de outras execuções do mecanismo. No dia 15.05 haverá apresentação da documentação referente ao edital do mecanismo competitivo e rotina operacional que será objeto de participação pública.

Abraceel apresenta oportunidades de apoio para Planejamento Estratégico e Coquetel Anual



A Abraceel oferece às associadas diversas oportunidades de apoio em dois dos principais eventos da Associação no ano: o Encontro de Planejamento Estratégico, que ocorrerá nos dias 24 e 25.10, no B Hotel em Brasília, e o Coquetel Anual, marcado para 05.12 no Espaço Itahy, em São Paulo. Os dois eventos são ambientes que propiciam networking e negócios, além de proporcionarem visibilidade da marca perante um público seletivo e influente. O material promocional do Encontro de [Planejamento Estratégico](#) e do [Coquetel Anual](#) estão disponíveis às associadas, que podem ainda agendar reunião com a Vice-Presidência de Estratégia e Comunicação pelo telefone (61) 98153-6146 ou pelo e-mail amanda@abraceel.com.br. Não perca essa oportunidade!

Abraceel explica processo de modernização setorial para economista do Insper

A Abraceel realizou reunião com o economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, colunista do jornal Folha de S. Paulo e autor do livro “Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?”. O objetivo foi explicar a situação do processo de modernização do modelo do setor elétrico e as



perspectivas e benefícios do mercado livre de energia. Mendes disse que compartilha das pautas da Abraceel e dispôs-se a ajudar no que puder.

Missão Internacional para França confirmada: inscrições seguem abertas!

A missão internacional da Abraceel para a Paris, França, já conta com mais de 20 participantes e está oficialmente confirmada! As inscrições continuam abertas para os associados que estiverem interessados em participar.



Para mais informações, consultar o documento clicando [aqui](#) ou entrar em contato com a Abraceel pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br.



Lista de varejistas: envio de dados para divulgação no site da Abraceel vai até 10.04

Visando atender à demanda por informações e contatos de comercializadoras varejistas envolvidas no processo de migração para o mercado livre de energia, a Abraceel divulgará em seu site uma lista das comercializadoras varejistas afiliadas às suas associadas. O Conselho de Administração da Abraceel estabeleceu três critérios específicos para a inclusão nessa lista:

- > Possuir o mesmo CNPJ da empresa associada à Abraceel;
- > Possuir a mesma raiz de CNPJ da empresa associada à Abraceel; ou
- > Possuir o mesmo nome fantasia ou marca na razão social da empresa associada à Abraceel.

Com base nesses critérios, e considerando a divulgação de apenas uma varejista por empresa associada, a Abraceel identificou 62 comercializadoras varejistas, conforme disponível [aqui](#).

Para concluir a divulgação no site da Abraceel, solicitamos que as associadas enviem até o dia 10 de maio as informações de contato das comercializadoras varejistas, incluindo telefone, e-mail, endereço, site e responsável. Se houver comercializadoras varejistas que atendam aos critérios do Conselho de Administração da Abraceel e ainda não estejam listadas, estas devem entrar em contato com abraceel@abraceel.com.br

CURTAS - Gás Natural

TCU aponta monopólio das distribuidoras como “obstáculo” ao mercado livre de gás

O Tribunal de Contas da União (TCU) destacou que o monopólio mantido pelas distribuidoras estaduais de gás natural representa obstáculo significativo para a efetivação do mercado livre de gás natural. Desde 2017, houve aumento considerável no número de contratos com consumidores livres. Entretanto, há disparidade entre os estados brasileiros quanto à regulação desses consumidores e ao acesso à rede nacional de distribuição de gás natural. Além disso, a reinjeção de gás natural e o papel da Petrobras também foram examinados pelo TCU como barreiras ao crescimento do mercado livre. A Petrobras prevê que aproximadamente metade do gás natural produzido até 2030 será reinjetado, devido a fatores como alto teor de contaminantes e necessidade de manutenção da pressão dos reserva-



tórios. Em contrapartida, a EPE argumenta que parte desse gás poderia ser disponibilizada ao mercado se houvesse condições para exportação. O TCU expressou preocupação com a desigualdade regional na implementação do mercado livre de gás, notando avanços, principalmente no Nordeste, enquanto outras regiões permanecem marginalizadas no processo de liberalização do mercado.

Agenera aprova modelo de CUSD para o gás natural

O Conselho Diretor da Agência Reguladora do Rio de Janeiro (Agenera) aprovou o modelo de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição de Gás Natural (CUSD), fundamental para guiar as indústrias do Estado decididas a migrar para o mercado livre, o que possibilitará a elas comprar gás natural diretamente dos comercializadores e firmar, com as distribuidoras locais, apenas o uso do serviço de distribuição.

Conselho de Usuários de Gás Natural avaliam evolução da agenda prioritária

No dia 26 .04, a Abraceel participou da reunião ordinária do Conselho de Carregadores de Gás Natural (CdU), na qual foi pautada a agenda de atividades prioritárias. Após as reuniões com a Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás), ficou acordado que haverá a elaboração de resposta detalhada sobre os itens do plano de ação do CdU, para avaliar o que foi acatado ou não. Outro tema é a solicitação dos códigos de rede enviados pela ATGás para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para que o CdU possa avaliá-los e discutir o tema. No entanto, há dificuldade em manter o controle desses documentos quando disponibilizados aos associados dos membros do CdU. Quanto à participação da Firjan no Conselho, foi considerada a possibilidade de entrada por meio da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) ou como ouvintes, sendo sugerido temporariamente essa segunda opção. A respeito das consultorias técnicas para apoiar os trabalhos do Conselho, os membros concordaram em avaliar as propostas para verificar se as empresas atendem ao escopo solicitado. Por fim, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) destacou a necessidade de o CdU contribuir de forma mais abrangente sobre o projeto de investimento da Transportadora Associada de Gás (TAG), identificando lacunas de análises que precisam ser preenchidas.

ANP aprova contrato master da NTS e libera transportadora a fazer contratação firme

Conforme publicado no DOU, 02.05, a ANP aprovou o contrato master da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e permitiu que ela faça contratações na modalidade firme. Os contratos para 2024 serão de sete meses e de 12 meses para os anos de 2025 a 2028. As contratações já podem seguir o rito simplificado aprovado pela ANP por meio da Resolução 961, que dispensa a realização de chamada pública. A ANP também aprovou um rito simplificado para as contratações, encerrando assim as questões relacionadas às tarifas da transportadora. Isso ocorreu após a negação da proposta tarifária da empresa em 2023, que a impedia de fazer contratações na modalidade firme.



CURTAS - Eventos e Cursos

Enase 2024: associadas da Abraceel têm 10% de desconto

A 21ª edição do Enase, programada para os dias 19 e 20.06 no hotel Windsor Oceânico, no Rio de Janeiro, promete uma experiência enriquecedora, com mais de 45 horas de conteúdo e algumas inovações. Associadas da Abraceel interessados em participar do encontro recebem 10% de desconto no ingresso no ato da inscrição online, bastando utilizar o código ABRACEEL10OFF.

Além de plenárias, organizadas para tratar de discussões abrangentes com especialistas e autoridades dos setores público e privado, a edição deste ano introduz três trilhas de conteúdo para analisar a modernização e o futuro do setor elétrico; energia limpa, mercado e consumo.

Complementando a agenda, duas arenas temáticas foram idealizadas para proporcionar a apresentação de casos de sucesso em rodadas de conversa sobre tecnologias aplicadas e sustentabilidade.

Novos espaços para networking, incluindo “lounges” exclusivos e área para negócios e soluções, buscam oferecer oportunidades para conexões e novas possibilidades comerciais. Mais informações você encontra no [site oficial](#).



Ingressos disponíveis para o Hydrogen Expo South América 2024

A nova edição da Hydrogen Expo South America será realizada nos dias 5 e 6 de junho, no Expo Mag, no Rio de Janeiro. O evento funciona como uma plataforma para profissionais da indústria do hidrogênio e da descarbonização apresentarem suas tecnologias, equipamentos e soluções. A Abraceel, como apoiadora do evento, oferece 5 ingressos para seus associados, que serão distribuídos por ordem de interesse. Para solicitar o ingresso basta enviar um e-mail para abraceel@abraceel.com.br. Detalhes adicionais sobre o encontro podem ser encontrados em: <https://hydrogenexpo.com.br/>



Semana de feriado reduz atividades no Congresso Nacional. Ministro Rui Costa participa de audiência pública no Senado e discute a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu. Próxima semana prevê discussões sobre gás natural e leilão de reserva de capacidade.

Rui Costa participa de audiência no Senado e discute a revisão do Anexo C do tratado de Itaipu

- no dia 30.04, o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, foi convidado pela Comissão de Infraestrutura do Senado para discutir a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, entre outros assuntos. Na ocasião, afirmou que o tema segue em negociação, diante da tentativa de o Paraguai elevar a tarifa. O senador Esperidião Amin (PP-SC) criticou os gastos de Itaipu com projetos socioambientais e com gastos de pessoal, o que impacta a tarifa para os consumidores de energia. [Veja.](#)

Projeto na Câmara proíbe distribuidoras de energia de atuarem em MMGD

- O deputado Marcelos Freitas (União-MG) apresentou o [PL 671/2024](#), no dia 11.03, que proíbe as distribuidoras de energia elétrica de atuar no mercado de micro e minigeração distribuída (MMGD). O projeto está sendo analisado na primeira comissão, a Comissão de Minas e Energia (CME), tendo como relator o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG). A segunda e última comissão será a de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em caráter conclusivo. O objetivo da proposta, segundo o autor, é evitar conflitos de interesse e promover a competição mais justa no setor elétrico. Se aprovado, as distribuidoras terão seis meses para se desfazer de contratos no mercado de geração distribuída, além de estabelecer critérios para conexão à rede elétrica e medidas contra reservas de mercado. [Saiba mais.](#)

Projetos com urgência na Câmara dos Deputados demandariam mais de três décadas para ser votados

- estudo do Ranking dos Políticos aponta que o estoque de projetos de lei com urgência regimental na Câmara dos Deputados, que atualmente chega a 2.368, demandaria mais de três décadas para ser votado. Esse é o caso dos Projetos de Lei 1.917/2015 e 414/21, que tratam da modernização do setor elétrico e abertura do mercado elétrico. Também é o caso do PL 4.831/2023, que trata da renovação das concessões das distribuidoras. Mesmo que houvesse votação de um projeto de lei com essas características por dia, o que está muito acima da média do Congresso, seriam necessários mais de seis anos para apreciar todos. [Saiba mais.](#)



Término de vigência da MP 1212 pode não impedir subsídios - a Medida Provisória 1.212, que prorroga o prazo para implantação de projetos de energia renovável com desconto nas tarifas de transmissão e distribuição, pode manter seus efeitos mesmo que caduque, dizem especialistas. A MP, em tramitação no Congresso, estende o prazo em 36 meses para a entrada em operação desses projetos. Mesmo se não for convertida em lei, projetos que cumpram requisitos e assinem termo de adesão com a Aneel durante a vigência da MP podem ter prazos prorrogados. [Saiba mais.](#)

Câmara dos Deputados cria página com principais pontos da reforma tributária – trazendo os principais pontos do projeto enviado pelo Executivo (PLP 68/2024), a [página](#) traz infográfico e resumo das principais propostas apresentadas para regulamentação do texto. Também traz informações sobre o [imposto seletivo](#).

Próxima semana:

Audiência pública discute estruturação do leilão de reserva de capacidade na modalidade potência de 2024 - a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizará audiência pública no dia 07.05 para discutir a estruturação do leilão de reserva de capacidade na modalidade potência de 2024, conforme o Requerimento 13/2024 do deputado Max Lemos (PT-RJ). Participarão da audiência representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), Aneel, ONS e EPE, entre outros. [Confira a lista.](#)

Gás natural é tema de audiência pública na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) – também no dia 07.05, às 16h, a CICS debaterá os desafios do uso do gás natural no Brasil, em audiência pública com a participação do MME, ANP, CADE, Petrobras, entre outros convidados. [Confira.](#)



PRÓXIMA SEMANA

07.05 - Terça-feira: Abraceel se reúne com Ricardo Buratini, Secretário Adjunto de Energia da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil, para discutir a agenda de mercado, às 14h30.

08.05 - Quarta-feira: Abraceel participa de reunião ordinária do Departamento de Infraestrutura (Deinfra) da Fiesp, às 10h;

Grupo Técnico se reúne para discutir a segunda fase da Consulta Pública 28/2023, sobre a comercialização varejista, às 14h30;

Abraceel participa de reunião entre associações e o senador Weverton Rocha (PDT-MA) para tratar das emendas da Câmara ao PL da eólica offshore, às 16h.

09.05 - Quinta-feira: Rodrigo Ferreira participa da gravação do Podcast DUVE, às 9h;

Abraceel participa do evento Mercado Livre Absolar 2024;

Abraceel participa de reunião do Fórum do Gás com o Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, às 14h.